

Em sua terceira edição e contando 1417 participações, o estudo de nível de maturidade em compliance, realizado pela Protiviti, consultoria global, aponta que a falta de conhecimento interno e limitação orçamentária estão entre os fatores que ainda causam a baixa aderência por práticas efetivas de compliance nas companhias nacionais

Após três anos da promulgação da Lei Anticorrupção, que pune empresas por manobras ilícitas, a maioria das companhias brasileiras ainda apresentam baixo movimento para implementar controles rígidos de combate à corrupção e fraudes. A constatação é da [última pesquisa](#) realizada pela consultoria global Protiviti com 1417 participações. Segundo o levantamento, apenas 4% das organizações realizam um programa de compliance efetivo seguindo as principais diretrizes nacionais e internacionais, enquanto 45% destas organizações ainda estão com o nível de compliance baixo, em extrema situação de exposição a riscos de corrupção.

Dentre as razões da baixa aderência apontadas pelas empresas estão fatores como o desconhecimento de metodologias aplicáveis de compliance, a falta de conhecimento interno para garantir o cumprimento das leis que envolvem governança corporativa e a limitação orçamentária.

O cenário é preocupante, segundo a consultoria, porque somente 34% das instituições analisadas já mapearam os riscos de exposição depois da regulamentação da Lei Anticorrupção no País, enquanto apenas 36% adotaram processos de análise de terceiros (due dilligence) para identificar os eventuais riscos vindos de prestadores de serviços ou parceiros de negócios externos. Já 38% das empresas ouvidas para a pesquisa disseram que promoveram no último ano práticas de compliance somente por meio de treinamentos ou comunicados gerais.

Para Yaniv Chor, líder da Prática de Riscos & Compliance da Protiviti, apesar de haver um aumento de 81% pelo interesse no tema compliance em relação ao levantamento de 2016, os números da pesquisa sinalizam que a situação ainda é preocupante devido à necessidade de melhorar a qualidade dos elementos de compliance existentes nas organizações. "Muitas ações são realizadas de forma desordenada ou difusa nas empresas, sem uma estrutura adequada para consolidar ações e garantir a efetividade do programa", completa o especialista.

Quanto às medidas de compliance mais usadas pelas empresas atualmente, a análise detectou que 66% das companhias disponibilizam um canal de denúncia como ponto de interação para os colaboradores relatarem atos ilícitos dentro da companhia. "Apesar de ser um elemento presente, 26% das empresas que possuem um canal de denúncia não possuem um processo formal de isenção na apuração, tratamento e registro das informações, o que torna o serviço ineficiente", explica Chor.

Os outros dois elementos de combate à corrupção mais presentes nas empresas são o código de conduta, usado por 65% das instituições, uma vez que diversas empresas já possuíam este elemento, em decorrência de movimentos anteriores como por exemplo a Lei SOX, governança corporativa, gestão da ética, etc, e o manual de políticas e procedimentos internos próprios, implementado por 64% das companhias – no entanto, destas empresas, 49% afirmaram não possuir uma política específica sobre o tema "anticorrupção".

Os dados da pesquisa "Nível de maturidade de compliance das organizações brasileiras" são originados do Portal de Compliance, um website no qual a Protiviti oferece às companhias a possibilidade de avaliarem gratuitamente seu nível de maturidade em Compliance e de aderência às melhores práticas de um programa de integridade, além de explicar, de forma pragmática, como desenvolver os 8 passos para um programa efetivo de Compliance. Todas as empresas interessadas em avaliar sua situação em relação à exposição a riscos e seu grau de maturidade em compliance podem acessar o website www.portaldecompliance.com.br

Acesse [aqui](#) o infográfico com os principais destaques do estudo.

Fonte: IMAGE, em 26.10.2017.